



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DA CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA INTEGRADA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

DINA FREITAS DILL

REPRESENTAÇÕES SOBRE RELIGIÃO E POLÍTICA NA REVISTA *LIÇÕES*
***BÍBLICAS* DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS NO ANO DE 1998**

SANTARÉM – PARÁ
2018

DINA FREITAS DILL

**REPRESENTAÇÕES SOBRE RELIGIÃO E POLÍTICA NA REVISTA *LIÇÕES*
BÍBLICAS DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS NO ANO DE 1998**

Trabalho de conclusão de curso - modalidade artigo – apresentado ao curso de graduação em Licenciatura integrada em História e Geografia, do Instituto de Ciências da Educação (ICED) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em História e Geografia com ênfase em História.

Orientador: Prof. Dr. André Dionei Fonseca.

**SANTARÉM – PARÁ
2018**

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as representações sobre Estado e política, presentes na revista *Lições Bíblicas*, na segunda metade dos anos 1990, impresso voltado para o público jovem e utilizado nas aulas da Escola Bíblica Dominical da Igreja Assembleia de Deus (AD). O interesse nesse tema de estudo justifica-se pelo fato de que, após a abertura democrática da década de 1980, tem aumentado cada vez mais a presença de políticos eleitos para representar segmentos religiosos, sobretudo no caso dos evangélicos que, atualmente, formam o que se convencionou chamar de “bancada evangélica”. Tendo como amparo teórico e metodológico a noção de representação de Roger Chartier e um conjunto de autores e autoras especialista em história da imprensa, buscamos compreender como os editores da revista *Lições Bíblicas* articularam a discussão sobre um tema considerado muito polêmico em uma igreja que por décadas manteve uma postura de negação da política, mas que no período democrático, aberto pela Constituição Cidadã, buscou de maneira sistemática influenciar no debate político por meio de seus representantes em diferentes esferas do poder.

Palavras-chave: Religião e política, Assembleia de Deus, revista *Lições Bíblicas*.

ABSTRACT

This study aims to analyze representations about State and Politics, presented in the magazine “*Lições Bíblicas*”, in the second half of the 1990s, a journal aimed to young audiences used in the Sunday lessons of the Bible School at the Assemblies of God Church (AG). The interest in this topic of study is justified by the fact that, after the democratic opening in the 1980s, the presence of politicians elected to represent religious segments has been increasing, especially in the case of evangelicals that currently form what is commonly called “bancada evangélica”. Having as theoretical and methodological support the notion of representation brought by Roger Chartier, and a group of authors specialized in press history, we seek to understand how the “*Lições Bíblicas*” magazine editors articulated the discussion on a topic that was considered very controversial in a church that for many decades maintained a negative position in relation to politics, but after the democratic period, opened by the Citizen Constitution, systematically sought to influence the political debate through its representatives in different power spheres.

Keywords: Religion and Politics, The Assemblies of God Church (AG), *Lições Bíblicas Magazine*.

REPRESENTAÇÕES SOBRE RELIGIÃO E POLÍTICA NA REVISTA *LIÇÕES BÍBLICAS* DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS NO ANO DE 1998

DINA FREITAS DILL*

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar as representações sobre Estado e política, presentes na revista *Lições Bíblicas*, na segunda metade dos anos 1990, impresso voltado para o público jovem e utilizado nas aulas da Escola Bíblica Dominical da Igreja Assembleia de Deus. É importante destacarmos que, nas últimas décadas, tem crescido o número de pesquisadores preocupados em compreender a relação entre religião e política. Esse número crescente explica-se, entre outros, pela projeção, por vezes questionada, que a bancada evangélica vem ganhando no cenário político brasileiro. Por isso nosso interesse em analisar a complexa relação entre política e religião a partir da revista *Lições Bíblicas*.

Para fins de compreensão, ao longo deste trabalho utilizaremos a sigla AD para denominar esta igreja e a nomenclatura assembleianos para designar seus fiéis, conforme adotado por outros autores. A justificativa para a escolha dessa igreja como objeto de estudo se deu pelo fato de ser a AD o grupo pentecostal com maior representatividade numérica em todo o território brasileiro atualmente e que passou por muitas mudanças nos usos e costumes, acompanhando as transformações pelas quais passaram a sociedade brasileira ao longo das últimas décadas. Para Meneses, “desde a década de 1970 a AD, em todos os censos, tem se apresentado como a maior denominação evangélica do Brasil e, para orgulho dos seus praticantes, o grupo continua o movimento e em ascensão.”¹

A AD foi criada da cisão com a Igreja Batista em Belém do Pará, no ano de 1911, a partir da ação de dois missionários suecos, Gunnar Vingren e Daniel Berg, que saíram dos Estados Unidos e vieram para o Brasil, em 1910. É considerada a maior denominação pentecostal brasileira e a principal matriz representante do pentecostalismo “clássico”:

* Acadêmica do Curso de Licenciatura Integrada em História e Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

¹ MENESES, Jonatas Silva. Igreja Evangélica Assembleia de Deus: movimento, continuidade e mudanças. In: MARIN, Jerri Roberto; FONSECA, André Dionei (Orgs.). *Olhares sobre a Assembleia de Deus*. Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 2015, p. 201-2.

O movimento pentecostal iniciado nos Estados Unidos a partir da segunda metade do século XIX gerou diversos grupos que se espalharam por vários países, sempre sob argumentos sobrenaturais (visões) e a necessidade de expansão do Reino de Deus – Teologia do Destino Manifesto [...] Com o Brasil, não foi diferente. Por aqui, os precursores desse movimento religioso foram dois suecos e um italiano, vindos dos Estados Unidos com a missão de implantar uma nova ordem religiosa fundamentada na contemporaneidade dos dons espirituais.: a glossolalia, os dons de cura divina, os dons de profecia etc. As Igrejas Congregação Cristã no Brasil, em 1910, e a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, em 1911, foram iniciadoras desse movimento.²

Conforme Benatte e Campigoto, essa denominação religiosa pratica os princípios básicos da Reforma luterana como a ênfase na leitura direta do texto bíblico, na fé e na graça como o caminho da salvação, no sacerdócio universal de todos os crentes. Para os autores, “a cultura do pentecostalismo, mais que qualquer outra forma do cristianismo popular, é uma cultura essencialmente “textualizada”: o consumo dos textos em contextos comunitários contribui para o ambiente densamente sacral dos grupos”.³ Assim, as representações que constroem de si mesmos, dos outros e do mundo que os cercam são baseadas no trabalho coletivo de interpretação da Bíblia.

De acordo com Benatte e Campigoto, o ensino religioso tem uma importância fundamental para a constituição social e cultural dos grupos evangélicos, uma vez que ele é responsável pela formação de novos leitores. Segundo os autores, as Escolas Bíblicas Dominicais (EBDs), desde que foram implantadas, seguindo o modelo educativo implantado pelo casal de missionários escoceses Sarah e Robert Kalley, em Petrópolis, em 1855, passaram a fazer parte do movimento evangélico brasileiro, presente na maioria das denominações evangélicas. E o pentecostalismo não é uma exceção, pois “em igrejas como as Assembleias de Deus, os cursos nas EBDs objetivam ainda hoje o discipulado e a formação espiritual do crente, seu crescimento ‘na graça e conhecimento’ de Jesus Cristo”.⁴

Os autores apontam que o ensino religioso ministrado nas Escolas Bíblicas Dominicais, com foco no estudo sistemático da Bíblia, foi responsável, principalmente a partir dos anos de 1930, pela formação de novos leitores pentecostais e colocam a revista *Lições Bíblicas* como o “carro-chefe” de publicações desse tipo na AD:

Em que pesem as diferenças de conteúdo, os materiais didáticos e o processo de ensino-aprendizagem acompanharam a evolução dos métodos e recursos didático-

² MENESES, Jonatas Silva. *Op. cit.*, p. 199-200.

³ BENATTE, Antonio Paulo; CAMPIGOTO, José Adilçom. Leituras e espiritualidades em grupos assembleianos brasileiros (séculos XX e XXI). In: MARIN, Jerri Roberto; FONSECA, André Dionei (Orgs.). *Olhares sobre a Assembleia de Deus*. Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 2015, p. 18.

⁴ BENATTE, Antonio Paulo; CAMPIGOTO, José Adilçom. *Op. cit.*, p. 26.

pedagógicos da escola laica, especialmente depois da fundação da CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus), em 1940; os pastores, teólogos e educadores da CPAD concentraram os trabalhos de elaboração, editoração e publicação de materiais didáticos, cujo carro-chefe é a revista *Lições Bíblicas*.⁵

Como resultado dessa “cultura textualizada”, a AD acumulou ao longo dos seus mais de cem anos de atuação em terras brasileiras um “aparato institucional de produção de impresso” que permite aos pesquisadores analisar variados aspectos desta organização religiosa pentecostal. Como observado por Fonseca, esta igreja, no decorrer do século XX, produziu grande quantidade de impressos sendo que alguns jornais e revistas alcançaram boas tiragens:

O jornal *Boa Semente*, por exemplo, foi publicado em 1918, sete anos após a fundação da AD no Brasil. Em 1930, para ocupar o lugar do *Jornal Boa Semente*, viria o jornal *Mensageiro da Paz*, um sucesso editorial que chegou, décadas depois, a superar a tiragem de cem mil exemplares. Além dos jornais, a AD investiu na publicação de revistas que também tiveram grande peso editorial, em especial *Lições Bíblicas*, *Obreiro*, *Círculo de Oração*, *Jovem Cristão* e *A Seara*.⁶

Silva e Galvão⁷, ao estudarem as práticas religiosas pentecostais e os processos de inserção na cultura escrita, em Pernambuco, nos anos de 1950 a 1970, demonstraram que, de maneira tradicional, os pentecostais são vistos como praticantes de uma cultura predominantemente oral, principalmente se comparados às igrejas protestantes históricas. No caso da AD, ela ainda é muito marcada pela utilização da oralidade como forma de participação da maioria dos membros nas práticas religiosas e nos cultos, mesmo sendo uma igreja classificada como pertencente ao ramo protestante, avaliam as autoras. Entretanto, alguns assembleianos demonstram certa intimidade com as práticas de leitura e de escrita a partir da conversão e atuação nas práticas religiosas da igreja.

2 – Os impressos como fonte e objeto de pesquisa histórica

Sendo assim, do aparato de impressos da AD, optamos por analisar a revista *Lições Bíblicas*. Como trata-se da utilização de um impresso, devemos ressaltar que o trabalho com esse tipo de fonte apresenta-se como um campo muito promissor para os estudos históricos.

⁵ BENATTE, Antonio Paulo; CAMPIGOTO, José Adilçon. *Op. cit.*, p. 29.

⁶ FONSECA, André Dioneu. *'Temei a Deus, honrai ao Rei': revista A Seara e os (des)caminhos do debate sobre a relação igreja/política na imprensa assembleiana (1956-1980)*. (Tese de Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2017, p. 22.

⁷ SILVA, Sandra Batista de Araujo; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Práticas religiosas pentecostais e processos de inserção na cultura escrita (Pernambuco, 1950-1970). In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira ...[et.al], (orgs). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007, p. 366.

Segundo a historiadora Tania Regina de Luca, na década de 1970, poucos trabalhos utilizavam jornais e revistas como fonte para a pesquisa histórica. Nesse período, reconhecia-se a importância desses impressos e a intenção de se escrever a História da imprensa, mas a escrita da História por meio da imprensa sofria resistências.⁸

Sobre essa questão Maria Ligia Prado e Maria Helena Capelato, no livro *O Bravo Matutino*, esclarecem o seguinte:

Os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação (...). A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.⁹

Esse “limbo” no qual a imprensa esteve por muito tempo explica-se, de acordo com Tania de Luca¹⁰, pela tradição dominante durante o século XIX e nas décadas iniciais do século XX, associada à busca da verdade dos fatos, que se acreditava atingível somente por meio de documentos. Com isso, criou-se uma hierarquia qualitativa dos documentos que o especialista deveria atentar-se. Foi somente na década de 1930, que a Escola dos *Annales*, na França, iniciou um movimento de críticas a essa concepção, vindo a concretizar-se, anos mais tarde, com a terceira geração dos *Annales*, responsável por realizar importantes deslocamentos no campo historiográfico, trazendo para os estudos históricos novos objetos, problemas e abordagens, que alteraram a própria concepção de documento e sua crítica.

Soma-se a isso as renovações teóricas e metodológicas ocorridas a partir das décadas de 1970 e 1980, que levou muitos historiadores a utilizar os jornais e as revistas como suportes que deveriam ser vistos a partir de suas múltiplas facetas (escrita, produção, circulação e leitura). Daí nosso interesse, neste trabalho, de estudarmos a revista *Lições Bíblicas*, pois assim, poderemos compreender esse impresso como instrumento pelo qual a igreja defendia seus pontos de vista.

⁸ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 112.

⁹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino*. Imprensa e ideologia no Jornal O Estado de S. Paulo, Alfa-Omega, 1980, p. 19.

¹⁰ LUCA, Tania Regina de. *op. cit*, p. 112.

Para Ana Maria de Almeida Camargo¹¹, a imprensa periódica pode fornecer elementos importantes para o estudo da história, pois elementos que, à primeira vista, parecem despidos de qualquer importância passam a ganhar sentido quando bem explorados. Nessa tarefa, segundo a autora, o historiador deve cumprir algumas etapas, como por exemplo, descobrir o periódico que lhe é útil investigando nele os elementos que lhe permitirão realizar uma análise crítica. Soma-se a isso a investigação sobre a data e a origem da informação que o periódico contém, além de cuidado com as aspas, traduções e ilustrações.

Seguindo essa mesma abordagem, Ana Luiza Martins¹², ao referir-se à utilização das revistas nos estudos históricos, adverte que as revistas só poderão ser consideradas fontes históricas quando observadas as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia e, em especial, da natureza dos capitais nele envolvidos.

De acordo com Maria Aparecida de Aquino, todo periódico traz consigo uma linha editorial que representa os interesses sociais do grupo que o mantém. E assim:

Há o trabalho do repórter/jornalista/editor/redator/colaborador que, além de seus próprios pressupostos sociais, realiza um exercício de aproximação/distanciamento em relação à linha editorial que pode ser mais ou menos claramente definida pelo órgão de divulgação. Localiza-se num artigo/coluna assinada/editorial, portanto, uma trama de relações sociais, ao mesmo tempo, complexas e difusas.¹³

Em razão de buscarmos, neste trabalho, compreender os debates presentes na revista *Lições Bíblicas* sobre política e religião no ano de 1998. A escolha desse recorte justifica-se pelo momento político vivido no país que, após dez anos da promulgação da Constituição Cidadã, encontrava dificuldades imensas em dar efetividade aos dispositivos constitucionais que garantiam direitos sociais. A despeito da estabilidade da moeda pelo Plano real, o contexto de 1998 foi tomado pelo debate político em torno da possibilidade de uma emenda constitucional que possibilitasse a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, como forma de

¹¹ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: DE PAULA, Eurípedes Simões (Org.). Portos, rotas e comércio. *Anais do V Simpósio Nacional de História de Professores Universitários de História*. (ANPUH, Campinas, setembro de 1969). São Paulo: Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH, 1971).

¹² MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras. *Revista NERA* (UNESP), v 22, p. 61.

¹³ AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados – Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-1980)*, Tese (Doutorado em História Social). 1994. FFLCH/USP, p. 01.

impedir qualquer risco de vitória das coalisões de esquerda que poderiam pôr em cheque a continuidade da agenda neoliberal que vigia desde o governo Collor.¹⁴

Na análise das mensagens veiculadas na revista sobre a relação igreja/política utilizaremos a noção de *representação* de Roger Chartier, a fim de perceber as formas de atuação dos grupos que controlavam a revista. De acordo com Chartier, a noção de representação permite perceber como as representações, os discursos e as relações de dominação são construídos historicamente, por isso, no entender deste autor, as representações não se distanciam do real e nem do social, uma vez que “as representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é”¹⁵. Sobre a noção de representação, Chartier afirma o seguinte:

O conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder.¹⁶

Nessa perspectiva, a revista é entendida como um instrumento de demarcação de representações da igreja por meio dos editores da *Lições Bíblicas*, pois para Chartier, todo o material impresso deve ser entendido como uma prática cultural. Neste sentido, as fontes selecionadas permitem analisarmos as percepções do social por parte da liderança assembleiana sobre a relação da *Igreja com o campo político*.

3 - A AD e a política

Para que compreendamos os posicionamentos da AD em relação à política, precisamos considerar alguns aspectos relevantes do pentecostalismo que estiveram presentes no discurso dessa igreja desde sua fundação no Brasil. Como apontado por Francisco Cartaxo Rolim, o pentecostalismo voltava-se para o cristianismo primitivo a fim de reproduzir o que

¹⁴COSTA, Tarcísio. Os anos 90: o ocaso do político e a sacralização do mercado. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC. p.247-282.

¹⁵ CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 23, jan./jun. 2011, p. 23.

¹⁶CHARTIER, Roger. *Op. cit.*, p, 20.

este apresentara de extraordinário na manifestação do Espírito Santo, ou seja, orar e falar em línguas desconhecidas, fazer curas pelo poder divino. Essa atitude traria para o presente um modelo utilizado no passado. “Só que este modelo é religioso e se pretendia alcançá-lo através de práticas religiosas. Quanto a mudar a sociedade, era coisa que se deixava por conta da segunda vinda de Cristo”,¹⁷ afirma o autor. Nesse sentido, a AD sempre procurou manter suas mensagens e práticas religiosas distantes de quaisquer atividades políticas, pois a forma como interpretavam a Bíblia, sugeria que essa era a atitude correta a ser assumida pelo cristão assembleiano.

Para fins de compreensão, o conceito de política utilizado neste trabalho está baseado em estudos desenvolvidos sobre o tema por Hannah Arendt, Ciro Flamarion Cardoso, Aline Coutrot. Para Hannah Arendt, política é a “coexistência e associação de homens diferentes”. Em seu livro, *O que é política*, Arendt assim define política:

A política, assim aprendemos, é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo como da sociedade. Como o homem não é autárquico, porém depende de outros em sua existência, precisa haver um provimento da vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio. Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo.¹⁸

Ainda segundo Arendt, a política possibilita ao indivíduo buscar seus objetivos, em paz e tranquilidade, ou seja, sem ser molestado pela política — sendo, antes de mais nada, indiferente em quais esferas da vida se situam esses objetivos garantidos pela política, quer se trate, no sentido da Antiguidade, de possibilitar a poucos a ocupação com a filosofia, quer se trate, no sentido moderno, de assegurar a muitos a vida, o ganha-pão e um mínimo de felicidade.

Na concepção de Ciro Flamarion Cardoso, política é “a resultante dinâmica e ao mesmo tempo sistêmica (daí a noção de sistema político) de todos os fenômenos implicados pela conquista e pelo exercício do poder”.¹⁹ A conceituação de Aline Coutrot sobre política pensada em sua relação com a religião também é muito válida para se pensar a forma como ambas dialogam, uma vez que seus propósitos são extremamente diferentes. Para Coutrot:

Como corpos políticos sociais, as Igrejas cristãs difundem um ensinamento que se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem. Toda vida elas pregam

¹⁷ ROLIM, Francisco Cartaxo. *O Que é Pentecostalismo?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 54.

¹⁸ ARENDT, Hannah. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 17.

¹⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos Domínios da História*. 1 ed. Rio de Janeiro. Elsevier Editora, 2011, p. 38.

uma moral individual e coletiva a ser aplicada *hic et nunc*; toda a vida elas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles. Definitivamente, nada do que concerne ao homem e à sociedade lhes é estranho, mesmo que de uma época para outra a insistência em certos preceitos tenha eclipsado outros.²⁰

Historicamente a relação da AD com a política foi de rejeição. De acordo com Paul Freston, essa relação de negação está relacionada às origens da AD no Brasil. Daniel Berg e Gunnar Vingren, fundadores da AD no Brasil, iniciaram suas atividades em terras brasileiras, em 1911, vindos da Suécia, país em que as minorias religiosas, da qual faziam parte, pois eram batistas, viviam às margens. Para Freston, os fundadores da AD, tinham desprezo pela Igreja estatal, seu alto status, social e político e seu clero culto e teologicamente liberal. Além disso, defendiam a “religião leiga e contracultural, resistente à erudição teológica e modesta nas aspirações sociais. Acostumados com a marginalização, não possuíam a preocupação com a ascensão social tão típica dos missionários americanos formados no denominacionalismo”.²¹

Outra questão deve ser mencionada a fim de melhor esclarecer a negação da AD em relação à política: as ideias milenaristas. Como indicou André Fonseca, desde fins do século XIX, nos Estados Unidos, cresciam as ideias milenaristas, ou seja, do iminente retorno de Cristo à Terra. Segundo o autor, o apocalipticismo reforçou a ideia de “reclusão social” trazido para o Brasil por Berg e Vingren, um pensamento que encontrava sustentação na lógica de que “não havia tempo nem necessidade de o cristão se envolver em demandas relacionadas a um mundo inescapavelmente fadado à danação eterna”.²² A partir dessa compreensão, consegue-se entender “o porquê da centralidade do milenarismo na arquitetura teológica e doutrinária da AD e, conseqüentemente, a opção dessa instituição de se manter afastada do âmbito político”,²³ avalia Fonseca.

Daniel Berg e Gunnar Vingren, seguiam a linha denominada *pré-milenista* que conheceram no campo religioso dos Estados Unidos. Segundo Antonio Gouvêa Mendonça, as ideias pós-milenistas e pré-milenistas são concepções diferentes utilizadas para explicar “o retorno de Cristo a terra”. O pós-milenarismo acredita que a volta de Cristo acontecerá após o milênio, alcançado por meio da ação normal da Igreja na história. O pré-milenarismo afirma

²⁰ COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 334.

²¹ FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos, nem demônios: uma interpretação sociológica do pentecostalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 78.

²² FONSECA, André Dioneu. *Op., cit.*, 2017, p. 28.

²³ FONSECA, André Dioneu. *Op., cit.*, 2017, p. 28.

que Cristo virá e estabelecerá pessoalmente o seu Reino milenário antes do julgamento final da humanidade, segundo Gouvêa Mendonça.²⁴

Assim, foi a concepção pré-milenarista que prevaleceu na fundação da AD no Brasil, tornando-se, assim, um elemento central dessa instituição religiosa, no Brasil, fundamentando suas ações de evangelização.

Para Joanildo Burity, a vinculação entre religião e política é historicamente construída e encontrou variadas formas de expressão, englobando com o “manto da religião” a linguagem da vida cotidiana e das instituições garantidoras da ordem social.

[...] não se trata de discutir se há ou deve haver um vínculo entre religião e política. Simplesmente, ele está historicamente construído e expressa-se seja na massiva imbricação entre religião e cultura, da antiguidade à idade média, englobando com o manto da religião a linguagem da vida cotidiana e das instituições garantidoras da ordem social - o estado, a família/tribo/etnia -; seja na ordenação teológico-política do estado absolutista; seja nas disputas, sob a égide do iluminismo e do liberalismo, pela fixação das fronteiras entre os dois domínios. Trata-se, então, de partir da construção histórica desta relação. O que não resolve o problema, porém, pois a única consequência imediata que podemos derivar desta postulação é que o vínculo entre religião e política nunca se rompeu, mas foi construído de diferentes maneiras, sem obedecer a uma lógica linear ou ao ditame de leis irresistíveis do desenvolvimento histórico.²⁵

Assim, na concepção do autor, é pertinente observar que historicamente o vínculo entre religião e política nunca se rompeu, mas foi construído de diferentes maneiras, sem obedecer a uma lógica linear ou ao ditame de leis irresistíveis do desenvolvimento histórico.

Maria das Dores Campos Machado, analisa que a politização dos pentecostais ganhou visibilidade na década de 1980, quando conseguiram fazer com que o número de parlamentares oriundos desse segmento saltasse de dois para dezoito, nas eleições de 1986, superando pela primeira vez o número dos legisladores protestantes históricos no Congresso Nacional. Segundo a autora, a participação dos pentecostais na Assembleia Constituinte chamou atenção dos estudiosos e resultou em duas vertentes analíticas para a explicação das relações entre a religião e a política, vejamos:

A primeira vertente, estabelecendo analogias entre a agenda moralista dos parlamentares pentecostais com o movimento da Maioria Moral em evidência nos Estados Unidos, caracterizava esse segmento como a nova direita brasileira cristã. Já a segunda perspectiva procurava as causas da politização na correlação de forças

²⁴ MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984, p. 63.

²⁵ BURITY, Joanildo A. Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Revista de Estudos da Religião* Nº 4 / 2001, p. 29-30.

tanto no campo político quanto na esfera religiosa, questionando a ideia de que a doutrina pentecostal só pudesse fomentar ações políticas no campo conservador.²⁶

Machado²⁷ destaca ainda que as ciências sociais associam a ampliação da presença de pentecostais e carismáticos na política com o processo de redemocratização, favorável à emergência de novos atores coletivos na cena pública brasileira. Além disso, a agenda política desses grupos cristãos privilegia as questões morais, reagindo, por exemplo, ao avanço do feminismo e do movimento pela diversidade sexual na sociedade. Os estudiosos buscam, segundo Machado, interpretar a participação desses religiosos no cenário político brasileiro não apenas como elemento extemporâneo que buscam resgatar formas pré-modernas de organização social, mas sim como um elemento constitutivo da própria esfera pública brasileira.

Paul Freston afirma que houve um avanço no meio evangélico em relação ao envolvimento e à prática política, entretanto, segundo o autor, nem sempre é possível recomendar os modelos de atuação política mais visíveis. Sendo assim, Freston identifica três modelos de atuação política no meio evangélico: o modelo institucional, o modelo autogerado e o modelo comunitário. O modelo institucional é aquele em que a Igreja, como instituição, entra na política defendendo as suas propostas, ou seja, modelo baseado na defesa de interesses institucionais. De acordo com Freston, esse é um modelo problemático, pois a Igreja, enquanto instituição, ao envolver-se na política, torna-se vulnerável a todas as contingências do mundo político. Outro modelo identificado pelo autor é o modelo autogerado ou auto-impulsionado, em que um indivíduo evangélico projeta-se politicamente, atua de maneira autônoma apelando aos evangélicos para que votem nele. O problema “é que muitas vezes o candidato se apresenta como evangélico para fins de obter votos, mas depois de eleito não vê nenhuma necessidade de responder aos evangélicos que o elegeram”.

Freston assegura que a solução frente a esses dois modelos apresentados é o modelo comunitário, no qual “os evangélicos devem se envolver politicamente não em nome de suas igrejas ou instituições, mas em grupos de pessoas que pensam politicamente de uma mesma forma, inspiradas pela sua compreensão da fé cristã”. O autor garante que nenhum dos três modelos apresentados seja capaz de dar garantias totais, porém o comunitário é o menos arriscado, pois é o que inclui maior abertura ao diálogo.

²⁶ MACHADO, Maria das Dores Campos. *Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos*. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 35(2): 45-72, 2015, p. 45-46.

²⁷ MACHADO, Maria das Dores Campos. *Op. Cit.*, p.46.

No próximo tópico veremos como a AD, na década de 1990, por meio da revista *Lições Bíblicas*, discutiu essa importante e controversa relação entre política e religião.

4 – Política e Religião nas páginas da revista *Lições Bíblicas*

Lições Bíblicas era uma revista trimestral com os estudos sequenciados sobre temas bíblicos: na página inicial de cada lição dominical havia a apresentação do tema a ser estudado, a referência bíblica que o embasava e um pequeno texto chamado “verdade prática” relacionado ao tema da lição. Nessa mesma página havia a apresentação de alguns capítulos de livros da Bíblia a serem lidos ao longo da semana que antecedia a lição do domingo e, também, a transcrição de longos trechos de capítulos de livros da Bíblia relacionados ao tema. Nas páginas seguintes, havia o chamado “comentário da lição”, apresentado na forma de pequenos textos organizados em tópicos e subtópicos e fundamentados com várias referências bíblicas.

A primeira revista com lições produzidas no Brasil foi em 1938 e era publicada semestralmente. Anos depois, a revista *Lições Bíblicas* passou a ser trimestral. Todo o material da Igreja passou a ser editado pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), fundada legalmente, em 1940.²⁸

Segundo Fonseca, as mudanças que ocorreram no país, ao longo da década de 1980, como a luta em prol das eleições diretas, em defesa dos direitos básicos dos cidadãos, até então ignorados pelo golpe de 1964, restabelecimento da democracia, criação de planos econômicos que buscavam minimizar a crise financeira que assolava o país, deixaram a AD preocupada com a possibilidade de “libertinagem” e perda de espaço no novo modelo governamental da nação. Na visão da igreja, o país vivia, nesse momento, um clima de instabilidade diante do novo contexto social e político que se desenhava no início dos anos oitenta. É nesse contexto, na visão desse pesquisador, que está inserida a primeira grande reformulação da revista *Lições Bíblicas*:

Nesse cenário a Casa Publicadora das Assembleias de Deus no Brasil (CPAD), editora oficial AD, deu os primeiros passos na organização de um projeto de reformulação de seus periódicos com o objetivo de adequá-los às discussões que tomavam as ruas do país. No bojo dessas reformulações dispensou-se uma atenção especial à revista *Lições Bíblicas* (LB), impresso que servia de subsídio às aulas da escola dominical, pois em uma conjuntura considerada de “instabilidade”, a escola

²⁸ SILVA, Sandra Batista de Araujo; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Práticas religiosas pentecostais e processos de inserção na cultura escrita (Pernambuco, 1950-1970). In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira ...[et.al], (orgs). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007, p. 376.

dominical e a revista LB tinham um papel estratégico na reafirmação dos princípios e na tentativa de manutenção da unidade teológico-doutrinária da Igreja.²⁹

Fonseca ainda chama atenção para o espaço em que os impressos são lidos, uma vez que o lugar em que se lê um impresso é tão importante quanto o que se lê. Nesse sentido, Fonseca aponta a Escola Dominical como “o “lugar social” onde a revista *Lições Bíblicas* deveria ser manuseada sob um rígido receituário de leitura, de prática de memorização, mediada pelo professor que tinha por principal função transmitir com exatidão os ensinamentos constantes na revista específica de mestre”.³⁰

Para que se compreenda a importância da revista *Lições Bíblicas* tanto na discussão das bases doutrinárias quanto na manutenção da identidade assembleiana é necessário que se entenda o papel atribuído à Escola Bíblica Dominical pela AD. Vejamos o que Antonio Gilberto, em seu *Manual da Escola Bíblica Dominical*, escreveu sobre esses encontros dominicais:

A Escola Dominical é a escola do ensino bíblico [...] ela não é parte da Igreja, é a própria Igreja ministrando ensino bíblico metódico. A Escola Dominical é um ministério para alcançar crianças, jovens, adultos, a família e a comunidade inteira [...] ela é a única escola de educação religiosa popular de que a Igreja dispõe. A Escola Dominical, funcionando devidamente, é o povo do Senhor, no dia do Senhor, estudando a Palavra do Senhor na casa do Senhor.³¹

De igual modo, a pesquisadora Beatriz Muniz de Souza em seus estudos sobre o funcionamento das Escolas Dominicais, também analisou a importância dessas reuniões na manutenção de uma identidade assembleiana. Nas palavras da autora:

A Escola Dominical é parte inerente à organização das Assembleias de Deus. O cuidado desse ramo pentecostal em continuar a obra de evangelização distribuindo ensinamentos religiosos que alcançam todos os níveis de idade, faz que, no entender dos líderes, os encontros dominicais se revistam de grande importância.³²

Inicialmente muito criticada por estar longe de ser adequada à realidade das crianças e adultos brasileiros, dada a influência norte-americana nos textos traduzidos, a revista *Lições Bíblicas* iniciou uma série de mudanças e adequações a partir da segunda metade dos anos de

²⁹ FONSECA, André Dionei. Os protocolos de leitura na imprensa pentecostal: o plano de reestruturação da revista lições bíblicas no contexto da redemocratização do Brasil (1980-1985). In: MARIN, Jerri Roberto; FONSECA, André Dionei (Orgs.). *Olhares sobre a Assembleia de Deus*. Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 2015, p. 101.

³⁰ FONSECA, André Dionei. *Op., cit.*, 2015, p. 102.

³¹ SILVA, Antônio Gilberto. Manual da escola bíblica dominical. Um curso de treinamento para professores iniciantes e atualização de professores veteranos da Escola Dominical. Rio de Janeiro: CPAD, 1981, p. 108.

³² SOUZA, Beatriz Muniz. *A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1969, p. 114.

1970. Conforme Fonseca, o processo de reestruturação iniciou a partir de 1977, mas em virtude das dificuldades encontradas, o processo caminhou a passos lentos. Isso porque era preciso adequar os textos à nova organização da revista, organizar todo o suporte técnico para a sua impressão, conscientizar as igrejas sobre a importância das mudanças que estavam sendo implementadas e também instruir os alunos e professores sobre o uso do novo material.

Em 1977, foram aprovadas duas resoluções pelo Conselho da CPAD com o objetivo de nortear as atividades de reformulação da revista *Lições Bíblicas*. Por meio dessas resoluções instituía-se uma comissão de doutrina que acompanharia as atividades de reestruturação da revista e também criava-se uma comissão que se encarregaria de preparar um novo currículo para as escolas dominicais que atendesse às novas demandas que surgiam no contexto histórico de então. O novo currículo foi publicado em 1980 e a partir de então a *Lições Bíblicas* teve de se adequar aos temas que compunham a grade curricular. As temáticas estavam organizadas da seguinte maneira:

1) Doutrinas básicas da fé cristã 2) vida cristã 3) verdades pentecostais 4) a bíblia 5) a igreja 6) o povo de Israel 7) a família/o lar 8) o tabernáculo e suas instituições 9) doutrinas falsas 10) eventos futuros 11) o ministério local e geral 12) o crente e o Estado/a nação 13) Criação de todas as coisas 14) o homem e Deus 15) as missões e as obras sociais 16) o crente e o mundo 17) biografias bíblicas 18) a vida de Cristo 19) o Espírito Santo 20) a mocidade cristã 21) reis e profetas 22) a bíblia e a ciência 23) ética cristã 24) as parábolas dos evangelhos 25) os milagres de Jesus 26) a igreja local 27) a mordomia cristã 28) os apóstolos e suas epístolas.³³

Organizado dessa forma, o novo currículo tinha como objetivo principal atualizar os ensinamentos da escola dominical, reforçando as principais doutrinas da igreja, conforme demonstra Fonseca:

Depois de um “longo tempo de maturação” o projeto foi reformulado de acordo com as demandas que surgiram na década de oitenta, pois constatou-se a existência de uma grande lacuna na área de ensino que precisava ser preenchida para reforçar os verdadeiros valores da igreja em um período em que a sociedade se afastava cada vez mais dos valores morais e vivia um clima de instabilidade política. Nesse contexto, o ensino não deveria ser meramente repassado pelos professores da escola dominical aos seus alunos. Era necessário criar mecanismos capazes de fixar os ensinamentos e doutrinas pentecostais nas mentes dos discentes.³⁴

Após essas mudanças, a revista *Lições Bíblicas* passou a ser destinada exclusivamente aos jovens e adultos, já que para crianças e adolescentes existiam outras publicações específicas. A partir de então, outra novidade que passou a fazer parte da revista foi a mescla de tradicionais temas bíblicos com assuntos da atualidade. Nesse plano de

³³ FONSECA, André Dioneu. *Op., cit*, 2015, p. 106.

³⁴ FONSECA, André Dioneu. *Op., cit*, 2015, p. 110.

reestruturação também passou a existir a revista do aluno e a do professor com uma série de dispositivos pensados para fixar o ensino nos objetivos de cada lição. A revista do professor continha toda a montagem e condução da aula bíblica dominical e das atividades docentes e discentes relacionadas a cada lição. Conforme Fonseca:

A revista do professor era de importância capital por conter em suas páginas os ditames que deveriam guiar o ensino em classe. Por isso, os editores da revista LB concentraram seus esforços na instrução dos docentes, preparando-os para o uso dos novos recursos desenvolvidos para homogeneizar a ensino e livrar os professores das muitas dúvidas que lhe acometiam no preparo da aula ou mesmo na explanação do ensino.³⁵

É importante frisar que as mudanças não ficaram restritas apenas ao conteúdo apresentado, a parte gráfica também sofreu alterações. O tamanho do impresso que antes era 18cm X 13cm foi para 20cm X 13cm, o que permitiu maiores intervenções composicionais nos textos apresentados. As ilustrações da capa, em sua maioria, passaram a contemplar apenas motivos bíblicos: “imagens de lugares considerados históricos pela tradição cristã e, até mesmo, desenho de personagens bíblicas que, de alguma maneira, estavam ligados aos temas estudados na revista, davam um aspecto mais sacro ao impresso”.³⁶ A fim de não haver interpretações errôneas das imagens trazidas na capa, a nova revista passou a trazer na contracapa um pequeno texto explicando a imagem de capa, relacionado sua importância para o estudo das lições propostas.

A disposição das colunas no interior da revista obedecia à seguinte ordem: *verdade prática, texto áureo, leitura diária, leitura em classe, comentário e questionários*. Conforme Fonseca:

O tópico verdade prática apresentava a síntese de cada lição a ser estudada em uma única frase, o texto áureo trazia um versículo bíblico que era central para a lição de cada domingo. O tópico leitura diária apresentava uma sugestão de trechos bíblicos de fixação do aprendizado para que os alunos lessem durante a semana posterior ao estudo da lição enquanto a leitura em classe continha versículos bíblicos a serem lidos em sala antes da explanação da lição. A seção Comentário trazia a apreciação do assunto em pauta por um comentarista do Departamento de Escola Dominical e os questionários fechavam a lição com pequenas questões a serem respondidas pelos alunos após o término dos estudos em sala.³⁷

Um dos objetivos da Igreja com essas reformulações da revista *Lições Bíblicas* era debater os temas de interesse da Igreja, porém não permitir a entrada dos debates políticos nos templos. A fim de alcançar tal objetivo a igreja utilizou a seguinte estratégia: “inserção de

³⁵ FONSECA, André Dioneu. *Op., cit*, 2015, p. 112.

³⁶ FONSECA, André Dioneu. *Op., cit*, 2015, p. 112.

³⁷ FONSECA, André Dioneu. *Op., cit*, 2015, p. 115.

comentários indiretos sobre o contexto social vivido pelo país ao longo das lições sem qualquer referência a nomes de figuras políticas e de partidos políticos nem mesmo sobre os principais acontecimentos daquele período”.³⁸

Conforme apontado por Fonseca e Roiz³⁹, a revista *Lições Bíblicas* também foi um importante instrumento utilizado pela AD para o projeto Década da Colheita, colocado em prática pela igreja ao longo dos anos de 1990 e que tinha como principal objetivo a arregimentação de membros, formulado pelo *Comitê Mundial das Igrejas Assembleias de Deus*. As metas do projeto Década da Colheita no Brasil seguiam as ousadas propostas do Comitê Internacional da Década da Colheita: organizar três milhões de intercessores; ganhar 50 milhões de novos fiéis; preparar 100 mil obreiros para a evangelização; estabelecer 50 mil novas igrejas em todo o Brasil; e enviar novos missionários para outras nações. Segundo os autores, a Escola Dominical, espaço em que era lida e debatida a revista, foi estrategicamente importante no direcionamento do olhar dos membros aos principais acontecimentos, na discussão das bases doutrinárias da Igreja e na manutenção da identidade assembleiana.

Soma-se a isso o fato de a *Lições Bíblicas* ser meticulosamente pensada, estando a escolha dos textos e seus comentários sob a incumbência de um grupo de pastores, designados especialmente para isso. Nesse sentido, as regras impostas para a utilização e leitura da revista obedecia um rigoroso “canal hierarquizado de poder”, com direcionamentos que vinham da alta cúpula da igreja para a base, com o intuito de limitar qualquer forma de discordância e estabelecer visões de mundo para os fiéis assembleianos. Como bem demonstrou Chartier:

No ponto de articulação entre o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo (...) daí ao reconhecimento das práticas.⁴⁰

Seguindo essa lógica, no segundo trimestre de 1998 a revista *Lições Bíblicas* publicou treze lições que, entre outros, atendia ao décimo segundo item do plano curricular “o crente e o Estado/a nação”. A lição que vamos analisar é a número 11 cujo tema era “o cristão e o Estado” que enfocava temas como patriotismo, respeito pelas autoridades, pagamento de tributos/impostos, o compromisso do cristão com as pátrias terrestre e celestial.

Como era comum em todas as lições, os argumentos utilizados eram reforçados por passagens bíblicas, pois para a AD a Bíblia era colocada como verdade infalível e

³⁸ FONSECA, André Dionei. *Op., cit.*, 2015, p. 118.

³⁹ FONSECA, André Dionei; ROIZ, Diogo da Silva. “Década da colheita”: uma reflexão sobre as ações doutrinárias na igreja assembleia de deus na década de 1990. *Revista de História Regional* 16(1): 235-270, 2011.

⁴⁰ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.25.

incontestável. Com as lições desse trimestre os editores da revista pretendiam que os professores levassem os alunos a corrigirem atitudes e valores acumulados na vivência cotidiana, auxiliando-os no exercício da cidadania. E solicitava que, utilizando a metodologia de perguntas e respostas, houvesse incentivo à participação de todos, atentando-se para possíveis ideias preconceituosas que por ventura surgissem. Ao final era apresentado um questionário com a finalidade de fixar o conteúdo aprendido, sempre reforçando aquilo que era defendido pela doutrina da AD.

A lição inicia-se com o *texto áureo* “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus, o que é de Deus (Mt 22.21)”, acompanhado do tópico *verdade prática* em que lia-se que o cristão deveria compreender que o poder das autoridades para administrar o Estado era algo “delegado por Deus”, visando a manutenção da ordem pública, o bem-estar social e a garantia dos direitos dos cidadãos.

A fim de reforçar esse discurso, os textos selecionados para *leitura diária*, com indicações de leituras para cada dia da semana tinham como principal intuito discutir os deveres de um governante; e o fato de um cristão jamais poder difamar o governo; o crente como um cidadão do céu; o fato de a cidadania do céu não anular a cidadania terrestre e a obediência às autoridades.

A legitimação dessas ideias também estava no tópico *leitura diária*, que era lido e discutido em sala de aula. Para esta lição especificamente, foi escolhido Romanos 13.1-7, por tratar-se de versículos que abordavam o relacionamento do cristão com o Estado. A ideia central era de que toda a alma estaria sujeita às autoridades superiores e que o cristão não deveria resistir a elas pois estaria resistindo à “ordenação de Deus”. Acrescentava também que o cristão deveria estar sujeito à autoridade não somente pelo castigo, mas também por sua própria consciência. E seria justamente por sua própria consciência que o “bom cristão” não poderia esquecer dos tributos, pois, “por esta razão também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo sempre a isto mesmo. Portanto, daí a cada um o que deveis: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra.”⁴¹

Pretendia-se que ao final dessa lição os alunos estivessem aptos a assumirem posturas de obediência às autoridades e compromisso com a nação, daí a importância de se esclarecer quais eram os *objetivos da lição*. Os três objetivos apresentados enfatizavam a preocupação do impresso com o comprometimento do cristão com a “pátria terrestre”, mas

⁴¹ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Abril/junho de 1998, p. 75.

sem descuidar da “pátria celestial”, a necessidade de submissão e a conduta do cristão frente ao Estado:

Identificar o compromisso do cristão com as duas pátrias - a terrestre e a celestial.

Justificar porque o cristão deve ser submisso às autoridades.

Diferenciar a conduta do cristão diante do Estado quando suas leis ferirem a consciência cristã fundamentada na Bíblia.⁴²

Conforme vimos anteriormente, a lição obedecia a uma estrutura de tópicos. Havia o tópico *comentário*, que também subdividia-se em quatro subtópicos, em que eram dadas meticolosas orientações ao professor sobre a maneira como deveria ser conduzida a aula. Nenhuma intervenção por parte do professor deveria fugir àquilo que havia sido estabelecido pelos editores. No caso desta lição que estamos analisando, a orientação era que o professor enfatizasse que “ser cristão não eximia ninguém de seus deveres cívicos”. A AD, enquanto um segmento da sociedade, deveria ser “submissa ao Estado”. Nesse sentido, o conceito de Estado também era abordado na lição, tendo como parâmetro para a definição aquilo que estava expresso nos versículos selecionados. De acordo com os editores da revista:

O Estado é a nação politicamente organizada ou uma coletividade organizada para fins de governo, e a política é a arte de bem governar e administrar. Onde houver uma comunidade, há necessidade de uma hierarquia política e de uma organização para protegê-la, beneficiá-la e regê-la por leis que regulamentem com justiça e equidade a vida em sociedade.⁴³

Além disso, a lição utilizava o argumento de que existiriam duas pátrias, por meio da passagem bíblica de que o apóstolo Paulo era cidadão de duas pátrias “cidadão do céu (Fp 3.20) e ao mesmo tempo cidadão romano (At 22.25-28)”.⁴⁴ Assim, reforçava-se que o cristão também teria compromisso com as duas pátrias – a terrestre e a celestial, não devendo jamais privilegiar uma em detrimento da outra. Também era lembrado que Roma era um “império tirano e pagão”, com corrupção e poderes quase indestrutíveis. Todavia, ressaltava que mesmo diante desse cenário controverso o apóstolo Paulo recorreu às leis romanas quando se sentiu violado nos seus direitos como cidadão de Roma.

O termo “liberdade”, de acordo com Fonseca,⁴⁵ sempre soava muito mal aos ouvidos da AD, uma vez que essa igreja sempre buscou pautar a conduta de seus fiéis num modelo de submissão aos governos constituídos – alegando que eles eram aprovados por Deus – e de obediência irrestrita às leis de Deus e de seus representantes na terra, que eram os pastores e

⁴² *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Abril/junho de 1998, p. 76.

⁴³ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Abril/junho de 1998, p. 77.

⁴⁴ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Abril/junho de 1998, p. 77.

⁴⁵ FONSECA, André Dionei. *Op., cit.*, 2015.

demais ministros. A forma utilizada pelos editores para tratar desse assunto diminuía a possibilidade de questionamentos e evitava-se dúvidas sobre a postura dos assembleianos diante desse assunto.

Ainda era mencionado o pecado em resistir às autoridades, haja vista que eram “constituídas por Deus para o bem-estar social de todos”⁴⁶. Conforme a lição:

É pecado resistir às autoridades. Quem desconsidera as leis e os líderes de sua nação, estado ou município, está simultaneamente desconsiderando o bem-estar da população e a ordem pública. Se o cristão se recusa a servir a sua nação, ele não está amando o seu próximo, nem colaborando para o bem-estar da sociedade.⁴⁷

Interessante mencionar que, ao citar o respeito às autoridades, a revista lembrava das forças armadas e das polícias civil e militar, defendendo que não se tratavam apenas de “figuras decorativas”, mas que existiam para manter a ordem pública e que por isso era “necessário punir os infratores da lei”. Seguindo esse raciocínio, a revista apontava que a Bíblia não condenava um cristão por ele ser militar: “Não há na Bíblia nenhuma proibição ao serviço militar ou a quaisquer cargos públicos. João Batista recomenda aos soldados que fossem bons servidores do Estado (Lc 3.12-14)”⁴⁸.

Ainda elencando as obrigações do cristão com o Estado, a revista enfatizava a importância em reconhecer os direitos do Estado como o respeito às leis, a postura do cristão diante de situações de anomalia estatal, o pagamento de tributos e a responsabilidade cristã diante da sociedade. Com relação às leis, a revista dizia que “o cristão tinha o dever de cuidar do bem-estar de todos, e isso incluía o princípio bíblico de amar ao próximo. Não reconhecer as normas baixadas pelo Estado com o propósito de preservar a ordem e o bem-estar da sociedade é uma rebeldia contra os governantes diametralmente contrária a Deus [...]”⁴⁹.

Sobre o pagamento de impostos, a revista defendia que a tributação existia como recursos para gerir o Estado proporcionando continuidade dos serviços oferecidos aos cidadãos: “por esta razão pagais tributos. É, portanto, nosso dever obedecer às autoridades, pagando-lhes impostos”⁵⁰. Lembrava-se ainda que o pagamento de impostos era mandamento bíblico e que seria pecado sonegá-los. Isso também valia para o pagamento de dízimo à igreja, pois a igreja deveria ser o espelho da sociedade: “O próprio Jesus pagou impostos sendo Ele

⁴⁶ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Abril/junho de 1998, p. 75.

⁴⁷ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Abril/junho de 1998, p. 78.

⁴⁸ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Abril/junho de 1998, p. 78.

⁴⁹ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Abril/junho de 1998, p. 79.

⁵⁰ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Abril/junho de 1998, p. 79.

dono de tudo; isso para não escandalizar os que estavam de fora e para nos deixar o exemplo (Mt 17.24-27)”.⁵¹

Interessante destacar a maneira como a lição era encerrada. Ressaltava-se novamente o fato de o Brasil ser um país democrático, porém a revista demonstrava que era mais vantajoso ter um governo imperfeito do que não ter nenhum tipo de governo. Vejamos:

Vivemos num país democrático. Demos graças a deus por isso. Oremos com perseverança pelas nossas autoridades. É melhor um governo imperfeito do que governo nenhum, onde prevalece o poder absoluto, arbitrário, perverso e desumano. Também, diante de leis perversas não devemos ser omissos.⁵²

Essa defesa a um “governo imperfeito” a “governo nenhum” remete-nos ao posicionamento da AD com relação ao regime militar de 1964. Como observado por Saulo Baptista, “a conquista do poder pelos militares foi festejada pela AD como manifestação da providência de Deus, para evitar que o Brasil caísse nas garras do comunismo, comparado a um monstro que subjugava 900 milhões de pessoas no mundo”⁵³

No apoio aos militares, as Igrejas evangélicas, segundo Lyndon de Araújo⁵⁴, passaram a receber um tipo de pregação conversadora e fundamentalista, vindo das altas lideranças que apoiavam o regime. Reproduziu-se no ambiente eclesiástico aquilo que se vivia sob símbolos e discursos religiosos. Os evangélicos tornaram-se mais intolerantes quando o assunto eram as diferenças. Assim, ser evangélico era possuir uma ética pessoal exemplar, estar preocupado com o comportamento e com a transmissão da experiência religiosa para os “perdidos”.

Ainda no ano de 1998, na penúltima lição do 4º trimestre, a revista novamente colocou em debate a igreja e sua relação com o poder político. Os *tópicos introdutórios, texto áureo e verdade prática*, da lição número 12 que vamos analisar, ressaltavam que “a responsabilidade da Igreja de influenciar a sociedade para o bem, por sua presença atuante, não significa jamais que caiba também à Igreja o exercício do poder temporal. Novamente o *texto áureo* era “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus, o que é de Deus (Mt 22.21)”,⁵⁵

⁵¹ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Abril/junho de 1998, p. 79.

⁵² *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Abril/junho de 1998, p. 80.

⁵³ BAPTISTA, Saulo. Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009, p.117

⁵⁴ SANTOS, Lyndon de Araújo; SENRA, Alvaro de Oliveira. O AI-5, as Igrejas Cristãs e a sociedade civil. In: Oswaldo Munteal Filho, Adriano de Freixo, Jacqueline Ventapane Freitas. (Org.). *Tempo negro, temperatura sufocante* - Estado e Sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.p.159.

⁵⁵ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Outubro/dezembro de 1998, p. 83.

que segundo a revista significava que os crentes, como cidadãos, deveriam cumprir seus deveres civis e políticos (dão a César o que é de César) e, como Igreja, deveriam manter “lealdade suprema a Deus” (dão a Deus o que é de Deus). Seguindo a lógica das outras lições, essa também tinha três objetivos específicos, que entre outros, frisava que o poder temporal não era responsabilidade da igreja e destacava a necessidade de se identificar o papel da igreja na sociedade frente ao poder político.

Reconhecer que à igreja não pertence o papel de exercer o poder temporal.

Verbalizar que a Igreja mantém sua lealdade suprema a Deus, instruindo na verdade, denunciando o pecado seja em que esfera for, promovendo a justiça, vivendo a espiritualidade, proclamando as virtudes do Reino de Deus e combatendo o mal.

Identificar como deve ser a ação da Igreja no mundo face ao poder político.⁵⁶

Aliado a esses objetivos centrais, a fim de que os alunos assimilassem os ensinamentos propostos, era sugerido ao professor a formulação de questões que mostrassem como deveria ser a ação da Igreja na sociedade. Entre as intervenções sugeridas estavam:

Como a Igreja pode influenciar de modo justo, cristão e bíblico as decisões que estão sendo tomadas na sociedade? Qual deve ser o posicionamento da Igreja diante de fatos que exijam a manifestação de sua voz profética? Por exemplo, diante de leis que contrariam a Palavra de Deus com a permissão do aborto, pena de morte e etc.⁵⁷

Para Fonseca⁵⁸, a grade curricular da escola dominical centralizava-se na teologia, na doutrina da Igreja e no estudo da Bíblia, sob bases conservadoras. As defesas dos fundamentos bíblicos autorizavam as lideranças a condenarem a sociedade contemporânea, sobretudo a secularização, o materialismo, os regimes comunistas, a erosão da moral e a ciência. Segundo o autor, no Brasil criticavam e deslegitimavam, sempre amparados na Bíblia, todos os movimentos sociais, a esquerda, as reivindicações dos trabalhadores do campo e da cidade, as lutas pelos direitos civis das mulheres e das minorias sexuais e étnicas, os movimentos pacifistas pela paz, as lutas estudantis, os movimentos contraculturais, os meios de comunicação massivos e as religiões e grupos concorrentes. A defesa ao governo constituído e da sujeição dos fiéis, desde que ele não se opunha a fé, os autorizava a combater os que o criticassem, pois toda a autoridade era instituída por Deus e os opositores estariam criticando a Deus.

⁵⁶ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Outubro/dezembro de 1998, p. 84.

⁵⁷ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Outubro/dezembro de 1998, p. 84.

⁵⁸ FONSECA, André Dioneu. *As fronteiras das leituras: imprensa e práticas de leitura na igreja Assembleia de Deus (1980-1990)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Mato Grosso do Sul, 2011.

Era essa autoridade que os editores da revista entendiam que era de extrema importância o professor transmitir aos alunos. Também deveriam ser apresentados, segundo a lição, os números correspondentes ao crescimento da AD, pois entendia-se que os jovens deveriam saber que eles também faziam parte da AD, tida como uma das maiores denominações pentecostais do Brasil, e que esse crescimento potencial da Igreja em determinados momentos refletia na política. Daí a necessidade de o professor conscientizar os alunos que os assembleianos poderiam e deveriam exercer seus direitos como cidadãos, o que era explicitado na lição: “Esta lição analisa o fato de os evangélicos na atualidade apresentarem um acelerado crescimento e, tal qual nos tempos de Jesus e nos primeiros séculos de existência da Igreja, existe a tentação desejar o poder temporal em prejuízo dos objetivos da Igreja no mundo”.⁵⁹

De acordo com a lição, não havia impeditivos aos cristãos, como cidadãos, de se manter informados dos assuntos políticos, uma vez que, suas vidas, de algum modo, eram influenciadas também por decisões políticas. O problema, segundo a revista, era envolver “a Igreja na luta partidária”. Conforme a revista:

É lícito, também, exercitar os direitos de cidadania e contribuir para que o país prospere, desde que as motivações sejam corretas e não haja intenções dúbias (comp. Rm 13.1-7). O problema passa a existir quando os propósitos são outros, como no caso dos fariseus, e a Igreja perde sua identidade por assumir para si um papel que não lhe pertence: o poder temporal.⁶⁰

Embora a lição orientasse o não envolvimento da igreja em disputas partidárias e condenasse os desvios advindos do exercício do poder temporal, na história da AD, é possível identificar momentos em que essa igreja esteve diretamente ligada às disputas eleitorais e ocupando cargos decisivos no legislativo. Vê-se assim que se trata de um discurso “oficial”, voltado ao caráter formativo dos fiéis no espaço das Escolas Bíblicas Dominicais, mas que não estava em consonância com a atuação da cúpula da igreja, sempre muito atenta ao mundo político buscando nele influenciar sempre que possível.

De acordo com Fonseca, o processo de institucionalização do Estado de direito e da democracia representativa e competitiva fez com que as igrejas evangélicas deixassem a posição de “alheamento político-social”, buscando um modelo de atuação baseado na “publicidade”. No caso da AD, seus impressos foram centrais nesse propósito. Vejamos a atuação da AD e seus impressos na década de 1980 diante do contexto histórico e político de redemocratização:

⁵⁹ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Outubro/dezembro de 1998, p. 84.

⁶⁰ ⁶⁰ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Outubro/dezembro de 1998, p. 84.

[...] a AD aproximou-se do campo político porque queria assegurar seu lugar na nova conjuntura social que se anunciava na década de 1980. Para isso, esforçou-se para eleger seus candidatos com o intuito de aumentar sua representatividade na Constituinte, fórum central de definição dos rumos do país naquele momento. [...]a AD buscou encontrar uma posição política estratégica na nova ordem social. Qual seja, utilizar sua força política em defesa dos interesses específicos da Igreja, evitando embates com o governo e a entrada de assuntos políticos nos templos. [...]O jornal MP teve aí uma função muito importante nas estratégias da AD. Ao mesmo tempo em que cumpria sua função de veículo informativo, com a publicação de notícias inerentes à Igreja e aos principais acontecimentos do cenário nacional, o jornal também servia como porta-voz da AD em assuntos relacionados à política, o que fez com que o padrão tradicional do jornal fosse alterado ao se diminuir o espaço destinado a matérias estritamente teológicas.⁶¹

Nesse sentido, Fonseca conclui que a política editorial do *Mensageiro da Paz*, principal jornal assembleiano, pautou-se, ao longo dos anos de 1980, na tríade informação, política e fé, ou seja: “1) manter os seus leitores informados sobre as transformações que estavam ocorrendo no país; 2) alertá-los de forma clara e objetiva sobre os desafios da Igreja no conturbado contexto político dos anos 1980; e 3) subsidiar os ensinamentos teológico-doutrinários que eram adquiridos nos templos.”⁶²

A visibilidade pública da religião no atual cenário contemporâneo é uma realidade inegável. De variadas maneiras, os atores religiosos conseguem transmitir sua linguagem, seu *ethos*, suas demandas. Nesse contexto, surgem controvérsias sobre “a legitimidade ou não de usos e críticas da religião no plano das manifestações culturais, do acesso à mídia ou da sociedade política tornam-se claramente visíveis para além de casos (sub)nacionais localizados e entram no terreno dos fenômenos globais”,⁶³ conforme observa Joanildo Burity. Ainda segundo o autor, a partir de meados dos anos de 1980, no cenário político brasileiro houve a emergência de uma “bancada evangélica”, presente na Constituinte e que fez surgir um novo ator social: os pentecostais. Desde então, um quadro ainda mais multifacetado tem surgido à consideração das ciências sociais da religião e crescentemente o cenário internacional se povoa de referências que não passam despercebidas dos atores locais nem dos analistas acadêmicos.

No intuito de demonstrar como a Igreja deveria agir frente ao poder político, a lição elencava alguns aspectos que deveriam ser observados quanto a essa questão. Primeiramente ressaltava-se que à Igreja não caberia o poder temporal, e que o cristão deveria compreender

⁶¹ FONSECA, André Dioneu. Informação, política e fé: o jornal Mensageiro da Paz no contexto de redemocratização do Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 68, 279-302 – 2014, p. 299.

⁶² FONSECA, André Dioneu. *Op. cit.*, 2014, p. 299.

⁶³ BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 20, pp. 83-113. 2, p. 84.

que ambos estariam em polos distintos, portanto, não deveriam misturar-se de forma equivocada, como ocorria em muitos casos. De acordo com a lição:

A história revela que, a partir da constantinização da igreja histórica, a medida em que a relação entre ambos tornava-se cada vez mais comprometida, esta sempre ficou no prejuízo. Além da perda da identidade, como está afirmando acima, abriu espaços para o avanço do nominalismo, pela “conversão” dos que buscavam as benesses do poder temporal através da via eclesiástica.⁶⁴

A lição destacava o papel da Igreja na conscientização dos cristãos sobre os papéis que deveriam desempenhar na sociedade, oferecendo por meio do ensino bíblico, a oportunidade de obter formação cristã para o exercício da cidadania. Desse modo, os editores da revista enfatizavam o importante papel da Escola Bíblica Dominical para os jovens, pois orientava-os no caminho correto a seguir e acordo com os preceitos bíblicos aceitos pela AD. Entretanto, a mesma lição advertia que não era objetivo da Igreja participar de projetos que tinham como finalidade principal a conquista do poder político.

A revista apontava ainda que era uma “postura condenável” envolver a Igreja, enquanto instituição “divina e universal” em disputas partidárias e tampouco “prometer votos em troca de benefícios pessoais ou coletivos”,⁶⁵ considerados como obrigação do Estado, segundo os editores da revista.

O comprometimento da AD com o poder político foi definido da seguinte maneira pela revista:

A ação da Igreja no mundo face ao poder político se orienta pelo seu comprometimento em proclamar as virtudes do Reino de Deus (1 Co 4.20). Desta forma, acima das estruturas políticas, ela propugna para que sua mensagem afete todos os setores da sociedade, inclusive o político, e influencie de modo justo, cristão e bíblico as decisões que estão sendo tomadas. Este é o referencial para os crentes que ocupam cargos públicos eletivos ou não. Eles fazem parte da Igreja, mas não lhes cabe tomar partido em nome dela, nem usá-la para justificar compromissos que se circunscrevem única e exclusivamente ao terreno público ou político.⁶⁶

Nota-se que em momento algum a AD proibiu seus membros de exercerem cargos eletivos, mas advertiu que não era salutar utilizar o nome da Igreja em quaisquer demandas políticas. A revista ainda observava que em nome da Igreja falavam seus líderes legitimamente constituídos para isso e “ordenados por Deus”. E que esses líderes tinham o dever de não comprometer a Igreja com o sistema político, além de saber que uma vez

⁶⁴ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Outubro/dezembro de 1998, p. 86.

⁶⁵ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Outubro/dezembro de 1998, p. 86.

⁶⁶ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Outubro/dezembro de 1998, p. 87.

“chamados para o ministério”, trocá-lo por cargos políticos estariam abrindo “mão de uma vocação suprema pela transitoriedade dos cargos humanos”.⁶⁷

Esse posicionamento defendido pela revista mostra, mais uma vez, que os editores da *Lições Bíblicas* desconsideravam a atuação da AD nos embates políticos pós-redemocratização dos anos 1980. À luz do comportamento dessa igreja nas eleições de 1989, 1994 e 1998, nada mais contraditório do que dizer que a AD não deveria se comprometer com o sistema político, pois a liderança assembleiana deu público e militante apoio às candidaturas de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso.⁶⁸

Meneses revela que os assembleianos, no contexto da política partidária brasileira, continuaram ao longo dos primeiros oitenta anos de organização declarando esse afastamento do mundo da política, mesmo que nos bastidores as lideranças fizessem acordos a apoiassem candidatos em troca de favores pessoais (cargos públicos e empregos para fiéis) ou por conta do pseudo interesse da denominação (apoio para convênios às entidades de assistência social do grupo ou votações de temas polêmicos no âmbito do Congresso Nacional). Segundo o autor, “a partir de 1980, os discursos e os exercícios políticos se redefiniram. Se antes a política era vista como elemento estranho ao contexto espiritual, com a redemocratização do país esses religiosos passaram a incentivar o interesse pela política partidária”.⁶⁹

5 – Considerações finais

A análise da relação religião e política, que tem mobilizado diversos pesquisadores desde o processo de redemocratização do país, mostra-se, no contexto atual, um tema de especial relevância, pois assistimos nos últimos pleitos eleitorais o crescimento da chamada “bancada da Bíblia”, crescimento esse não só contínuo como também acentuado. A questão que se coloca nesse aspecto é que essa bancada, muito mais do que atuar em torno de temáticas como aborto, drogas, maioria penal, jogos de azar, uso de álcool, homossexualidade, família, gênero, por exemplo; mas também está diretamente alinhada às pautas neoliberais que visam a diminuição do Estado como agente de desenvolvimento. A votação da Emenda Constitucional 95, que aprovou proposta de congelamento do orçamento federal, condicionando os recursos de saúde, segurança e educação às taxas de inflação. Nesse caso, a participação da bancada evangélica, aliada à bancada ruralista e a da “bala” foi

⁶⁷ *Lições Bíblicas*. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Outubro/dezembro de 1998, p. 87.

⁶⁸ ÁVILA, Edson. *A Assembléia de Deus no Brasil e a política: Uma Leitura a Partir do mensageiro da Paz*. Dissertação (Mestrado em Ciências da religião). Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, 2006.

⁶⁹ MENESES, Jonatas Silva. *Op. cit.*, p. 214.

determinante para o sucesso do governo de Michel Temer para aprovação de uma pauta tão impopular.⁷⁰

Assim, compreender essa imbricação entre religião e política, especialmente com foco evangélicos, é um exercício histórico que consideramos muito importante por permitir que conheçamos as estratégias utilizadas por essas instituições para entrar no campo político para influenciar na sociedade com suas visões de mundo. No caso deste estudo, procuramos demonstrar como a AD se utilizou de um importante espaço pedagógico – a escola bíblica dominical – e a revista *Lições Bíblicas* para discutir esse assunto que sempre foi considerado muito polêmico no âmbito de uma igreja que por décadas majoritariamente cultivou uma postura de rejeição à política. A estratégia que observamos foi a de trazer o temário político para os fiéis, mantendo um discurso de negação de alinhamento direto da igreja com a política, postura que se choca com o evidente envolvimento desta igreja nas eleições pós-redemocratização, como no caso das campanhas de Fernando Collor de Mello (1989) e Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998). Mesmo assim, a *Lições Bíblicas* não reprovava a candidatura de membros ou lideranças da instituição ou o interesse dos fiéis em assuntos políticos.

Desse modo, vê-se que nas instâncias pedagógicas da AD, como é o caso da escola dominical e sua revista *Lições Bíblicas*, buscava-se manter um tom “moderado” sobre a questão da política, ou seja, não havia uma indução clara sobre o interesse flagrante da igreja em influenciar nos rumos políticos da nação, mesmo que no plano prático houvesse um esforço da liderança em sentido contrário. O que percebemos, desse modo, é que havia um cálculo político muito bem pensado pelos líderes da igreja por meio do qual nos espaços de ensino da igreja mantinha-se um discurso “oficial” de que a AD era uma instituição que não tinha interesse no jogo político de forma direta, pondo-se nesse espaço apenas no exercício da cidadania de seus membros e ministros, quando na prática havia uma corrida para aumentar sua participação efetiva no âmbito político-partidário.

Agindo por meio dessa dubiedade, os líderes assembleianos buscavam passar a ideia de que os preceitos primeiros da igreja sobre a participação da igreja na política não haviam mudado, enquanto que, na prática, a guinada na rota de negação da política, seguida pela AD por décadas, era evidente.

REFERÊNCIAS

Fontes:

⁷⁰ Informação do site Brasil de Fato. Manual prático do voto consciente <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/13/manual-pratico-do-voto-consciente/> Acesso: 19/06/2018.

Lições Bíblicas. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Abril/junho de 1998.

Lições Bíblicas. Revista do professor. Rio de Janeiro: CPAD. Outubro/dezembro de 1998.

Bibliografia:

AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados: imprensa e Estado autoritário no Brasil (1964-1980)*, Tese (Doutorado em História Social). 1994. FFLCH/USP.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ÁVILA, Edson. *A Assembléia de Deus no Brasil e a política: uma Leitura a partir do mensageiro da Paz*. Dissertação (Mestrado em Ciências da religião). Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, 2006.

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

BENATTE, Antonio Paulo; CAMPIGOTO, José Adilçon. Leituras e espiritualidades em grupos assembleianos brasileiros (séculos XX e XXI). In: MARIN, Jerri Roberto; FONSECA, André Dioneu (Orgs.). *Olhares sobre a Assembleia de Deus*. Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 2015. p. 17-48.

BURITY, Joanildo A. Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Revista de Estudos da Religião* Nº 4 / 2001, p. 29-48.

BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 20, pp. 83-113.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: DE PAULA, Eurípedes Simões (Org.). *Portos, rotas e comércio. Anais do V Simpósio Nacional de História de Professores Universitários de História*. (ANPUH, Campinas, setembro de 1969). São Paulo: Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH, 1971).

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino*. Imprensa e ideologia no Jornal O Estado de S. Paulo, Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos Domínios da História*. 1 ed. Rio de Janeiro. Elsevier Editora, 2011, p. 37-71.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 23, jan./jun. 2011, p. 15-29.

COSTA, Tarcísio. Os anos 90: o ocaso do político e a sacralização do mercado. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC. p.247-282.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 331-353.

- FONSECA, André Dioneu. *As fronteiras das leituras: imprensa e práticas de leitura na igreja Assembleia de Deus (1980-1990)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Mato Grosso do Sul, 2011.
- FONSECA, André Dioneu. Informação, política e fé: o jornal Mensageiro da Paz no contexto de redemocratização do Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 68, 279-302 – 2014.
- FONSECA, André Dioneu. Os protocolos de leitura na imprensa pentecostal: o plano de reestruturação da revista lições bíblicas no contexto da redemocratização do Brasil (1980-1985). In: MARIN, Jerri Roberto; FONSECA, André Dioneu (Orgs.). *Olhares sobre a Assembleia de Deus*. Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 2015. p. 99-129.
- FONSECA, André Dioneu; ROIZ, Diogo da Silva. “Década da colheita”: uma reflexão sobre as ações doutrinárias na igreja assembleia de deus na década de 1990. *Revista de História Regional* 16(1): 235-270, 2011.
- FONSECA, André Dioneu. *'Temei a Deus, honrai ao Rei': revista A Seara e os (des)caminhos do debate sobre a relação igreja/política na imprensa assembleiana (1956-1980)*. (Tese de Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2017.
- FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos, nem demônios: uma interpretação sociológica do pentecostalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 67-159.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 35(2): 45-72, 2015, p. 45-46.
- MANUAL prático do voto consciente <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/13/manual-pratico-do-voto-consciente/> Acesso: 19/06/2018.
- MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras. *Revista NERA (UNESP)*, v. 22, p. 59-79. 2003.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.
- MENESES, Jonatas Silva. Igreja Evangélica Assembleia de Deus: movimento, continuidade e mudanças. In: MARIN, Jerri Roberto; FONSECA, André Dioneu (Orgs.). *Olhares sobre a Assembleia de Deus*. Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 2015, p. 201-230.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. *O Que é Pentecostalismo?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. (Org.). *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 151-182.
- SILVA, Antônio Gilberto. Manual da escola bíblica dominical. Um curso de treinamento para professores iniciantes e atualização de professores veteranos da Escola Dominical. Rio de Janeiro: CPAD, 1981.
- SILVA, Sandra Batista de Araujo; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Práticas religiosas pentecostais e processos de inserção na cultura escrita (Pernambuco, 1950-1970). In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira ...[et.al], (orgs). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007. p. 395-436.

SOUZA, Beatriz Muniz. *A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1969.